

## **CONTRIBUIÇÕES À AUDIÊNCIA PÚBLICA DO CONSELHO CURADOR DA EBC**

Brasília, 9 de julho de 2009

### **1. NOTA PRELIMINAR**

A Audiência Pública do Conselho Curador foi convocada, segundo Edital No 02 de 2009, “visando consubstanciar as decisões sobre a programação da TV Brasil”. O Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social saúda a iniciativa, a despeito de sua realização tardia considerando os 18 meses de existência do órgão. Contudo, o coletivo não se furtará de apresentar um conjunto de avaliações e sugestões referentes a outros âmbitos para além da programação e da TV Brasil, por considerar insuficiente o escopo definido pelo Conselho Curador e entender ser impossível avaliar aspectos como gestão e financiamento isolando a TV Brasil da Empresa Brasil de Comunicação.

### **2. GESTÃO, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO**

A gestão é o coração do sistema público de comunicação. Por abranger as escolhas estratégicas e a formatação do sistema, a participação nas suas instâncias e nos seus processos se torna fundamental para que o sistema ou suas emissoras não sejam apropriados por grupos particulares ou governantes de plantão, expressando efetivamente o público como síntese dos consensos e conflitos dos diversos segmentos da sociedade.

Neste sentido, assegurar a participação na gestão significa colocar a arquitetura do sistema e seus processos decisórios em uma lógica de múltiplas incidências, combatendo o monopólio de uma única fonte. Estas incidências partem da concepção de que o público é formado tanto pelo seu caráter de universalidade da sociedade quanto pela sua natureza de soma dos particulares. Assim sendo, a busca do público, como já ocorre em diversas outras esferas do Estado, deve buscar a presença dos segmentos organizados da sociedade por meio de processos democráticos de constituição de instâncias e possibilidades de opinião.

#### **Breve avaliação**

O modelo de gestão e controle da EBC, e, por conseqüência, da TV Brasil, é pouco permeável ao público e suas organizações. Em primeiro lugar, por possuir apenas um órgão de controle social, o Conselho Curador, que limita suas atividades apenas às atividades editoriais da emissora. Definições acerca de questões como financiamento e distribuição, por exemplo, não passam pelo precário espaço do Conselho.

Para além das prerrogativas altamente limitadas, o Conselho repete modelos de incidência extremamente reduzida. Um primeiro limite é o modelo de indicação, que dá ao Presidente da República o poder de escolha dos membros. A Consulta Pública, que promete ser um método mais aberto, ainda não teve seu formato proposto pela gestão atual do Conselho. Soma-se a isso o fato da solução da indicação de “personalidades” não garantir, tomada a experiência destes primeiros 18 meses, nenhum vínculo orgânico com a sociedade e suas representações. O órgão sequer abre suas reuniões ou socializa o resultado delas, evidenciando uma prática nada transparente incoerente com a natureza de um órgão criado para participação do público.

Acrescenta-se à baixa permeabilidade do Conselho Curador a existência precária de outros mecanismos de participação. A Ouvidoria, iniciativa importante, ainda carece de estrutura e, mais de seis meses após sua implantação, ainda não possui um programa próprio na TV Brasil.

O controle social da TV Brasil, que deveria ser o seu elemento diferencial em relação às outras emissoras, termina por se tornar uma possibilidade pouco efetiva e mais importante para legitimar a experiência - o que é considerável mas insuficiente - do que para fazer com que a TV Brasil seja de fato uma emissora pública democrática.

#### **Propostas**

O conjunto de mecanismos de participação na gestão e no controle da EBC, e da TV Brasil, deve visar cumprir os seguintes objetivos: (1) Garantir que a população possa incidir no funcionamento do sistema público de comunicação brasileiro, exercendo o controle necessário a este importante serviço público; (2) Contribuir na garantia da independência de mercados e governos do sistema público; (3) Fazer valer os princípios de pluralidade e diversidade intrínsecos à programação das emissoras que compõem o sistema público; (4) Promover a transparência das atividades do sistema público<sup>1</sup>. Para responder a estes propósitos, defendemos:

- Um choque de transparência no Conselho Curador, com abertura das reuniões e transmissão destas pela Internet, publicação das atas em até 48 horas e socialização antecipada das pautas para possibilitar o recebimento de contribuições da sociedade;
- Definição de um método de consulta pública para a renovação da primeira gestão no qual as organizações da sociedade civil possam indicar e votar em candidatos, com posterior respeito à aferição realizada pelo Conselho e pela Presidência da República para nomeação dos novos membros;
- Incorporação à pauta do Conselho Curador de temas relativos a todas as atividades da empresa, incluindo aspectos referentes à gestão, ao financiamento e à distribuição, além da programação;
- Criação de mecanismos como comitês de programação, consultas e audiências públicas periódicas e para todos os temas relevantes concernentes à vida da empresa e da TV Brasil;

### 3. FINANCIAMENTO

O modelo de financiamento é essencial para a sustentação e a consecução dos objetivos de um Sistema Público de Comunicação, bem como de uma empresa que tem como missão legal coordená-lo. O volume de recursos está diretamente relacionado às condições infra-estruturais, ao quadro de pessoas envolvidas nas operações e às possibilidades de produção de programas para veiculação. As receitas – sua composição, suas fontes e seus mecanismos de controle – condicionam fortemente a autonomia dos veículos públicos de comunicação, sendo focos de múltiplas tensões políticas.

O grau de dependência e o vínculo dos sistemas com os financiadores acabam por determinar o nível e o perfil da influência destas fontes na direção do sistema. A dependência de receitas oriundas tradicionalmente do mercado (como a publicidade comercial) tende a impor lógicas de funcionamento e de programação semelhantes às da mídia comercial. Por outro lado, a alta incidência de verbas orçamentárias estatais sem controle independente pode subordinar os quadros diretores dos sistemas aos interesses diretos dos dirigentes políticos responsáveis pelo repasse dos recursos.

#### **Breve avaliação**

O modelo de financiamento da EBC, e por consequência da TV Brasil, é dependente dos recursos do Orçamento Geral da União, o que a coloca em uma situação de refém dos humores do Executivo Federal. Exemplo da fragilidade inerente a esta fonte de receita foi o corte sofrido pela empresa este ano, da casa dos 80 milhões de reais.

Uma fonte importante poderá ser a Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública, oriunda de taxa cobrada no âmbito do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. No entanto, os recursos provenientes desta receita (estimados em 150 milhões) não acrescerão às atuais dotações orçamentárias da empresa, mas apenas garantirão proteção contra a possibilidade de contingenciamento pelo governo federal. As fontes restantes previstas no modelo não possuem peso suficiente para compensar uma eventual redução das verbas do Orçamento Geral da União.

#### **Propostas**

---

<sup>1</sup> Retirado do documento “Propostas de participação e envolvimento da sociedade na Empresa Brasil de Comunicação”, disponível em [http://www.intervozes.org.br/sala-de-imprensa/agenda/Intervozes\\_participacao\\_social\\_EBC.doc](http://www.intervozes.org.br/sala-de-imprensa/agenda/Intervozes_participacao_social_EBC.doc)

O modelo de financiamento deve preservar a autonomia das televisões do campo público em relação aos governos e ao mercado, ao mesmo tempo garantindo um volume de recursos suficiente para as emissoras poderem se sustentar. A política de financiamento deve permitir que as emissoras mantenham uma programação de qualidade e façam frente às emissoras comerciais, a partir da adoção de novos modelos de negócio baseados em redes solidárias de produção e distribuição de conteúdo, com forte participação da produção independente.

Visualizamos como centro deste modelo de financiamento um fundo público formado a partir de várias fontes e controlado via comissão mista entre Estado e sociedade civil, que aponte mecanismos de distribuição de recursos arrecadados por meio da incidência sobre os recursos obtidos com a publicidade comercial.

- Criação do Fundo Nacional de Comunicação Pública, formados (1) pela Contribuição para o Fomento à Radiodifusão Pública; (2) por verbas do orçamento público em âmbito federal e estadual, a partir de contribuições do orçamento federal e dos orçamentos estaduais; (3) por recursos advindos de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) que incida sobre a receita obtida com publicidade veiculada nos canais comerciais e do pagamento pelo uso do espectro por parte dessas emissoras; (4) por impostos progressivos embutidos no preço de venda dos aparelhos de rádio e televisão, com isenção para aparelhos de TV com menos de 20" e taxação progressiva especialmente para equipamentos superiores à 29"; e (5) por doações de pessoas físicas e jurídicas;
- Ampliação dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual para a produção de conteúdos com vistas à exibição na Rede Pública Nacional de Televisão encabeçada pela TV Brasil.
- Criação de um Programa Nacional de Apoio à Migração para a TV Digital com recursos a fundo perdido para financiar a Operador de Rede Nacional Público em implantação pela EBC em parceria com outros entes da União.

#### **4. PROGRAMAÇÃO**

##### **Breve avaliação**

A programação da TV Brasil ainda evidencia a busca por uma identidade que vá além da junção das heranças da TVE do Rio de Janeiro e da TV Nacional. Um conjunto razoável de novas atrações já estreou e outras foram ou licenciadas ou adquiridas junto a emissoras estaduais. No entanto, a grade permanece sem um projeto claro e seus diversos programas continuam também sem um planejamento editorial que permita o debate público e a avaliação quanto aos seus objetivos e conteúdos.

Do total de 128 horas semanais transmitidas pela TV Brasil, os programas de maior participação na grade da TV Brasil são o infantis, com 30h25 horas veiculadas (23,76%), culturais, 28 horas (21,87%), jornalísticos 17 horas (13,28%) e de debates e entrevistas, 16 horas e 30 minutos (12,9%) (ver Tabela 4). Em seguida, vêm os educativos, 10 horas e 30 minutos (8,2%), ficcionais, 9 horas e 50 minutos (7,68%), voltados à juventude, 5 horas (3,9%), de serviços e interesse público, 4 horas e 25 minutos (3,45%), religiosos, 2 horas e 45 minutos (2,14%) e esportivos, 2 horas e 30 minutos (1,95%).

##### **Propostas**

A programação da TV Brasil deve perseguir os seguintes princípios:

- exibir programação produzida localmente;
- exibir programação de outras regiões (do estado ou do país), intercambiadas;
- exibir programação produzida com abrangência ampla (nacional ou estadual), em geral feita pelas emissoras de mais recursos entre as que fazem parte da rede (o que não necessariamente implica em uma cabeça-de-rede fixa).

Como parte da estrutura da TV pública devem estar modalidades de estímulo à participação cidadã na construção da programação. Esse estímulo pode se dar pela combinação de mecanismos tais quais:

- editais periódicos para produções independentes;
- abertura para veiculação de programas produzidos externamente (com veiculação gratuita ou pagamento do material pela emissora, nunca com cobrança pelo espaço de exibição);
- abertura de espaços para programetes ou pequenas inserções produzidas por cidadãos e cidadãs;
- criação de programas mantidos pela própria emissora, mas que sejam pautados por cidadãos interessados;
- veiculação de programas de debates em que haja espaço para diversas vozes, que representem diferentes pontos de vista;
- espaços de formação audiovisual promovido pela própria emissora, combinada com a abertura de seus estúdios e condições técnicas para produção por pessoas não pertencentes aos quadros da TV;
- formação de um conselho para avaliar e propor programação, de modo a fortalecer o envolvimento da sociedade com a emissora.

Também deve ter como objetivos principais:

- fazer intensa cobertura e debate acerca da agenda dos temas nacionais, dando espaço para o foco no interesse da população e de suas organizações;
- estimular a reflexão da população e apresentar os aspectos cidadãos do Estado brasileiro;
- dar vazão, de maneira reflexiva e crítica, à diversidade cultural do país, não apenas reproduzindo as manifestações, mas superando a polarização entre cultura popular e cultura de massa;
- satisfazer as necessidades lúdicas e simbólicas da população, privilegiando a riqueza das produções artísticas em detrimento da reprodução dos padrões homogeneizados;
- dar espaço à crítica da mídia, especialmente das políticas e dos meios de comunicação, e (6) valorizar e fomentar produções audiovisuais que sejam fruto de trabalhos continuados de pesquisas e que ousem tanto na forma quanto no conteúdo.